

**Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes**

**Linguistic Instrumentation in the Brazilian space-time: the national and regional from Said Ali and Nascentes**

Thaís de Araujo da Costa<sup>1</sup>

UERJ

Bruna Alves Goulart<sup>2</sup>

UERJ

Giulia Nascimento de Mello<sup>3</sup>

UERJ

*“[...] a questão da língua é, portanto, uma questão de Estado com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas”.*

(PÊCHEUX; GADET, 2009 [1981], p. 37)

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir o conceito de instrumentos linguísticos à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, considerando-o especificamente em relação ao processo de gramatização de brasileiros para brasileiros (ORLANDI, 2009a). Para tanto, parte de uma reflexão teórica para, no batimento entre teoria e análise, investigar materialidades que se debruçam sobre as dimensões nacional e regional da língua no/do Brasil. São elas: sobre a dimensão nacional, a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (GH, 1931 [1921-7]) e a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (GS, 1964 [192?]), ambas de autoria de Manuel Said Ali Ida; e sobre a dimensão regional, *O Linguajar Carioca* (LC, 1953 [1922]), de Antenor de Veras Nascentes. Com esse propósito, retoma a discussão iniciada por Orlandi e Guimarães (2001), entre outros, acerca da ambivalência entre unidade e diversidade constitutiva da gramatização brasileira e acerca dos processos de colonização/descolonização linguística buscando ainda compreender, a partir da análise das materialidades supramencionadas, como a ciência linguístico-gramatical do início do século XX formula a relação entre línguas e sujeitos no/do Brasil.

**Palavras-chave:** Instrumentos linguísticos. Gramatização brasileira. Said Ali. Antenor Nascentes.

<sup>1</sup> Thaís de Araujo da Costa é procientista e professora adjunta de língua portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É coordenadora do Projeto Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj) e uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso (LabGraDis/UERJ/Faperj).

<sup>2</sup> Bruna Alves Goulart é graduanda em Letras (português/literaturas) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É membro do Projeto Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj) e bolsista de Iniciação Científica (UERJ/Faperj).

<sup>3</sup> Giulia Nascimento de Mello é graduanda em Letras (português/francês) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É membro do Projeto Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj) e bolsista de extensão (UERJ).

**Abstract:** This article's objective is to discuss the concept of linguistic tools by the discursive perspective of the History of Linguistics Ideas, considering it specifically in relation to the process of grammaticalization of Brazilians to Brazilians (ORLANDI, 2009a). Therefore, it starts from a theoretical reflection to, in the confrontation between theory and analysis, investigate materialities that deal with national and regional dimensions of Brazil's language. These materialities are: about the national dimension, the *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (GH, 1931 [1921-7]) and the *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (GS, 1964 [192?]), both of the authorship of Manuel Said Ali Ida; and about the regional dimension, *O Linguajar Carioca* (LC, 1953 [1922]), written by Antenor de Veras Nascentes. With this purpose, it resumes the discussion initiated by Orlandi e Guimarães (2001), among others, about the ambivalence between the unit and diversity that is constitutive of the Brazilian grammaticalization and about the process of linguistic colonization/decolonization with the purpose of comprehending, from the analysis of the materialities already mentioned before, how the linguistic-grammatical science from the beginning of the XX century formulates the relation between languages and subjects of/in Brazil.

**Keywords:** Linguistic tools. Brazilian grammaticalization. Said Ali. Antenor Nascentes.

**Submetido em 01 de agosto de 2023.**

**Aprovado em 04 de setembro de 2023.**

## Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais de duas pesquisas que, à luz da Análise do Discurso Materialista em sua relação com a História das Ideias Linguísticas (AD-HIL)<sup>4</sup>, vêm sendo desenvolvidas no âmbito do projeto Arquivos de Saberes Linguísticos (UERJ/FAPERJ)<sup>5</sup> e que partem de textualidades pertencentes aos acervos dos Arquivos Said Ali e Antenor Nascentes<sup>6</sup>. Dentre outras questões movimentadas por esses acervos, adotamos como eixo temático norteador desta reflexão o modo como a ciência linguístico-gramatical do início do século XX formula a relação entre línguas e sujeitos no/do Brasil para, a partir disso, discutir o conceito de instrumentos linguísticos, tal como comparece em Aurox, notadamente em textualidades postas em circulação no Brasil e na França entre 1992 e 2008<sup>7</sup>. Nessa discussão, dada a nossa filiação teórica,

<sup>4</sup> Deve-se esclarecer que a reflexão ora apresentada se filia ao dispositivo teórico-analítico da AD e que, nessa relação, as ideias linguísticas e suas histórias são tomadas como objeto (Cf. COSTA, 2019b). Assim, mesmo quando consideramos gramáticas como instrumentos linguísticos, o fazemos à luz da perspectiva discursivo-materialista, realizando os devidos deslocamentos como será demonstrado adiante.

<sup>5</sup> Para mais informações, acesse: <https://www.saberling.institutodeletras.uerj.br/>.

<sup>6</sup> Desenvolvem tais pesquisas, sob a orientação da Profa. Dra. Thaís de Araujo da Costa, as graduandas Bruna Alves Goulart (IC-FAPERJ) e Giulia Nascimento de Melo (EXT-UERJ).

<sup>7</sup> Entendemos que esse conceito segue em movimento nos trabalhos de Aurox e de outros pesquisadores filiados à História das Ideias Linguísticas no Brasil e na França e que, nesse sentido, muitas outras textualidades poderiam ser mobilizadas nesta reflexão. Contudo, com esse recorte, objetivamos dar um primeiro passo rumo à investigação da historicidade do conceito em obras fundadoras filiadas ao nome de Aurox, buscando compreender como os sentidos nelas inscritos afetam os trabalhos desenvolvidos à luz da perspectiva discursiva da HIL e propondo deslocamentos necessários em função dos princípios epistemológicos que fundamentam os dois campos, entre os quais, como ensina Nunes (2008), não há uma relação de complementaridade, mas de ressonância para ambos os lados.

consideramos os deslocamentos postos a funcionar no Brasil, a partir do encontro, mais ou menos na mesma época, com a perspectiva discursiva (Cf. COSTA, 2019b), partindo dos trabalhos de Orlandi (2001; 2009a) Orlandi e Guimarães (2001). Tendo em vista a movência desse conceito no domínio discursivo, também mobilizamos estudos contemporâneos em que, a sua retomada tem como efeito a produção de novos deslocamentos, como em Costa (2019a [2016]; 2019b), Ferreira (2020) e Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022).

Quanto ao eixo temático norteador da análise, faz-se preciso esclarecer que, em nosso movimento de leitura, impôs-se compreender a relação estabelecida em instrumentos linguísticos entre as dimensões nacional e regional da língua no/do Brasil para, nessa relação, identificar os modos de significação do (des)encontro entre a(s) língua(s) portuguesa(s), a(s) língua(s) indígena(s) e a(s) língua(s) africana(s), bem como entre os sujeitos nessas/dessas línguas. Para tanto, recortamos três materialidades para serem analisadas, a saber: a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (GH, 1931 [1921-7]), a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (GS, 1964 [192?]), ambas de autoria de Said Ali, e *O Linguajar Carioca* (LC, 1953 [1922]), de Antenor Nascentes.

Tendo em vista esses objetivos, organizamos nosso percurso analítico em seis momentos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro momento, buscamos historicizar o conceito de instrumento linguístico, tal como formulado por Aurox (2009 [1992]; 1998a; 2008; 2021 [2006]) a partir do lugar da HIL, voltando-nos sobretudo para a sua reflexão a respeito do objeto gramática. No segundo momento, com base em Costa (2019a [2016]; 2019b), Ferreira (2020) e Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022), pontuamos alguns deslocamentos necessários para o desenvolvimento de uma reflexão calcada na perspectiva discursivo-materialista. No terceiro momento, retornamos a Aurox (2009 [1992], 1998a; 1998b), com vistas a compreender a relação tecida em sua teorização entre os conceitos de instrumento linguístico e hiperlíngua. Mais uma vez perseguindo o percurso histórico empreendido por esses conceitos, interessamo-nos, em função do incômodo que nos foi suscitado pelas materialidades em análise, especificamente por identificar nessa teorização o que (não) se diz sobre a relação entre o nacional e o regional. No quarto momento, partindo da definição de Aurox de hiperlíngua enquanto espaço-tempo estruturado, retomamos os estudos de Orlandi e Guimarães (2001) e Orlandi (2001; 2009a) sobre a relação ambivalente entre unidade e diversidade no processo de gramatização brasileiro da língua portuguesa. No quinto momento, damos continuidade a essa reflexão pensando especificamente as gramáticas

de Said Ali e Nascentes e discutindo, com base em Guimarães (2004), Payer (2006) e Medeiros e Petri (2013), o modo como se inscrevem/são inscritas na gramatização brasileira frente à dimensão ou à parte da língua posta como objeto. Por fim, no sexto momento, adentramos a materialidade das gramáticas, em busca de sentidos que, no batimento entre teoria e análise, nos permitam compreender a relação nelas estabelecidas não só entre línguas e sujeitos, mas também entre o que se coloca como nacional e regional, assim como o modo como essas relações afetam o imaginário de instrumentação linguística no/do Brasil.

### 1. A historicidade do conceito de instrumento linguístico em Auroux<sup>8</sup>

Em *A revolução tecnológica da gramatização*, Auroux (2009 [1992]) define a gramática enquanto uma forma (abstrata) de saber metalinguístico cuja constituição no Ocidente remonta à Antiguidade Clássica e que hoje se distingue de outras formas como a linguística, tal como formulada a partir do século XX. Em seguida, a caracteriza também, ao lado dos dicionários, como instrumentos linguísticos, isto é, objetos técnicos nos quais comparecem explicitamente conhecimentos teóricos de natureza empírica e se projeta, num “subespaço de representação”, uma hiperlíngua – um “sistema dinâmico” estruturado num determinado espaço/tempo (ibid., p. 128). Especificamente em relação às gramáticas, Auroux diz tomá-las como instrumentos porque, tal como um “martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o”, elas também, ainda que de forma mais complexa, “prolongam a fala natural” ao dar “acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (ibid., p. 70).

Sobre o caráter empírico da gramática, diz Auroux em nota – referindo-se especificamente à gramática geral e à comparada, mas que entendemos também pode se estender às gramáticas prescritiva e descritiva de um modo geral – que

um saber especulativo (uma representação) é de natureza empírica se seu valor de verdade depende de uma ou várias asserções factuais. Nesse sentido, entre as ciências da linguagem, a lógica não é uma disciplina empírica. A gramática geral e a gramática comparada o são, ainda que de modos diferentes. (AUROUX, 2009 [1992], p. 34, nota 7)

---

<sup>8</sup> Parte da reflexão tecida aqui e na seção seguinte comparece no vídeo-verbete *Gramática*, da Enciclopédia Virtual de Análise de Discurso (Encidis/UFF), de autoria de Thaís de Araujo da Costa. O vídeo-verbete encontra-se disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7JvfU46lfyQ&t=44s>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Um certo sentido de empirismo também ressoa na comparação estabelecida entre a gramática e o martelo, ainda que em outra nota o autor, pondo em relação forma (abstrata) e objeto técnico, ressalte que “uma gramática é um objeto técnico mais complexo que um simples martelo”, visto que “ela investe necessariamente conhecimentos teóricos explícitos” (ibid., p. 95, nota 9). Por fim, note-se ainda que essa relação se faz igualmente presente na reflexão de Auroux em relação à linguística, com a diferença de que nesse caso não há homonímia na nomeação de um e outro como ocorre com a gramática. Assim é que, conforme o autor, do lugar de que fala, a linguística é tomada em seu “duplo sentido”, a saber: “da forma abstrata de uma formação discursiva de caráter científico e de sua aplicação a objetos empíricos” (ibid., p. 45).

Como se pode notar, o autor fala de diferentes aspectos do que nomeia como gramática, muito embora essa diferença ainda não compareça de forma regular e sistematizada na sua reflexão. Posteriormente, no entanto, ele dá consequências a essa questão, formulando uma distinção entre o que coloca como *objetos de conhecimento*, de um lado, e *instrumentos técnicos*, também ditos *objetos técnicos* ou *externos*, de outro – ambos considerados enquanto *objetos históricos*. Para tanto, em *A historicidade das ciências* (2008), o autor mobiliza o conceito filosófico de representação – que já comparecia de forma lateral na obra de 1992 –, entendendo, por meio dele, ser possível compreender como se dá a externalização de estados internos por parte de seres vivos. Diz Auroux:

Os seres vivos do tipo ‘animal’ são caracterizados pela possibilidade de serem ‘afetados’, ou seja, de terem estados internos em função de suas relações com o ambiente. Dentre aquilo que os afeta, existem algumas impressões que possuem a propriedade de ser automaticamente *relacionadas/relacionáveis* aos objetos e aos sujeitos do mundo exterior, não simplesmente como causas, mas como algo que vale em seu lugar. São as **representações**. (AUROUX, 2008, p. 125 [itálico e negrito do autor])

Em seguida, Auroux explica que, no processo de representação do saber (também dito referenciação), os referentes construídos – isto é, os objetos de conhecimento ditos “científicos” – não são o real, ainda que possam, para determinados sujeitos (e não necessariamente ou igualmente para todos), a ele equivaler ou substituir. Essa não equivalência entre objetos de conhecimento e o que designa como real se dá, a seu ver, a despeito de a realidade material das representações ser de certo modo atestada pelo que designa como externalidades cognitivas, as quais, inerentes ao domínio

científico, “levam a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes” (id., 2008, p. 125).

Trata-se, assim, de uma tomada de posição<sup>9</sup> que aqui nomearemos como externalista<sup>10</sup> e que já havia se feito significar de forma bastante potente em *La raison, le langage et les normes*, obra de 1998 na qual a tese do caráter empírico e técnico do saber metalinguístico defendida em *A revolução tecnológica da gramatização*, em 1992, é reformulada com a proposta de constituição das bases do que nomeia como “empirismo externalista ou (...) externalismo” (id., 1998a, p. 4 [tradução nossa]). É, então, a partir dessa reformulação – que se calca no pressuposto de que “a inteligência é originalmente um artifício (...) cujas manifestações são dependentes de instrumentos externos” (ibid., p. 7 [tradução e grifo nossos]), como livros, bibliotecas, calculadoras etc. – que Auroux irá propor a distinção entre *objets de conhecimento* ou *de saber* e *objets externos* ou *técnicos*. Note-se aqui que, nessa reformulação, o caráter empírico da gramática parece se deslocar do seu objeto – o saber especulativo e empírico, já que sustentado por asserções factuais que possibilitam construir o seu valor de verdade – para a gramática enquanto objeto no mundo – sentido que, de certa maneira, já se presentificava na metaforização da gramática enquanto um martelo. Da mesma sorte, o conceito de “forma abstrata” parece ser, não sem efeitos, substituído pelo de “objeto de conhecimento”.

A reboque dessa reestruturação teórica, o filósofo francês também reformula, nessa mesma obra, o conceito de instrumento linguístico, passando agora a apresentá-lo como uma hipótese. De acordo com a *hipótese dos instrumentos linguísticos*, gramáticas e dicionários são instrumentos, não apenas empíricos, mas externos à competência linguística “natural” do falante (ibid., p. 264-265 [tradução nossa]). Ou seja, com essa (re)formulação, passa-se então a conceber que os instrumentos linguísticos, enquanto objetos empíricos, possibilitam a externalização de objetos de conhecimento, isto é, de saberes metalinguísticos, que, por sua vez, passam a ser tomados como “representações

---

<sup>9</sup> A constituição do sujeito em autor implica, a partir da sua inscrição em um dado domínio de saber, uma tomada de posição frente ao objeto do dizer. De acordo com Orlandi (2007, p.40), “Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito)”.

<sup>10</sup> Essa nomeação remete à proposta do autor de um “empirismo externalista ou (...) externalismo” (id., 1998a, p. 4 [tradução nossa]); não se configura, pois, como uma crítica, mas como um empreendimento analítico que se calca na constatação de uma regularidade na obra em questão, a saber: o comparecimento dos adjetivos *externo* e *externalista*, para determinar, respectivamente, os substantivos *objeto* e *empirismo*, e do substantivo *externalismo*. A análise visa, portanto, compreender os efeitos de sentidos, em relação ao conceito de instrumentos linguísticos e à rede conceitual em que se inscreve, produzidos a partir desses comparecimentos.

de fenômenos linguísticos” (ibid., p. 268 [tradução nossa]) produzidas pelos sujeitos da ciência.

Passa-se a considerar ainda que os objetos empíricos, embora afetem o indivíduo, as suas “capacidades individuais”, são da ordem de uma coletividade, devendo o historiador estudar a sua “construção progressiva, geração após geração” (id., 2008, p. 125) – donde a sua consideração como objetos históricos: eles se constituem historicamente e, a partir deles, é possível ao sujeito historiador construir *uma certa* história. Para tanto, é preciso que, tomando-os tão somente como “apoio empírico” (ibid., loc. cit.), persiga a representação de um dado objeto de conhecimento produzida e transmitida no curso do tempo a partir do lugar do cientista (no caso, das gramáticas, do lugar do gramático), de modo a atestar a sua estabilidade e permanência.

Assim é que, nessa perspectiva, objetos de conhecimento também são tomados como objetos históricos. Isto é, serão históricos os conhecimentos cuja existência (enquanto representação) na longa duração for atestada pelo historiador em um movimento retrospectivo em que busca estabelecer linhas causais. É sobre essa representação que, partindo de objetos empíricos, o historiador se debruça buscando reconstruir relações de causa e efeito. Sobre a historicidade dos objetos de conhecimento, conclui, então, Auroux (2021 [2006], p. 3)<sup>11</sup> que “B é ‘histórico’, se não há existência sem um B que o precede”, o que, em um movimento parafrástico (ORLANDI, 2009b [1983])<sup>12</sup>, nos permite ler que *B não é histórico, se existe sem um B que o precede* – donde interpretamos que, do lugar do historiador, admite-se a existência de objetos a-históricos.

## 2. Instrumentos linguísticos vistos discursivamente

Na esteira de Costa (2019a [2016]; 2019b), entendemos que pensar gramáticas a partir de uma perspectiva discursiva envolve aproximar-se e distanciar-se da proposta de Auroux. E isso porque o conceito de instrumento linguístico, tal como formulado pelo autor, pressupõe concepções de comunicação, sujeito, língua e história dissonantes em relação àquelas com que trabalhamos numa tomada de posição materialista da Análise de

---

<sup>11</sup> Esse texto foi originalmente publicado em francês em 2006 e traduzido para o português brasileiro em 2021.

<sup>12</sup> Em Análise de Discurso, a paráfrase é tomada como procedimento analítico, visto que, como explica Orlandi (2009b [1983], p. 125), por meio dela, o analista pode observar “o retorno aos mesmos espaços do dizer”, produzindo “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (id., 2007, p. 36), o que lhe permite ler no que é dito o que não é dito, mas o constitui significativamente.

Discurso. Essas dissonâncias foram abordadas de forma detalhada em Costa (2019b)<sup>13</sup>. Aqui, no entanto, tendo em vista a rede conceitual em que por meio da análise observamos a inscrição do conceito de instrumentos linguísticos, interessa-nos ainda tecer alguns comentários em relação à consideração dos chamados objetos de conhecimento, notadamente de conhecimento gramatical, como objetos históricos.

Mesmo que, tanto para a HIL quanto para a AD, os objetos *gramática* sejam considerados em sua historicidade, discursivamente, como ensina Paul Henry (2010), a história diz respeito à possibilidade de fazer sentido. E faz sentido porque enquanto sujeitos de linguagem somos a todo instante ideologicamente interpelados a significar a nós mesmos e o mundo a nossa volta, filiando-nos a formações discursivas (FDs)<sup>14</sup>. É, pois, nesse viés, que entendemos que não há objeto – e, para nós, todo objeto é um objeto de dizer – que não seja histórico ou ainda que não há objeto fora da história. Em nossa perspectiva, a constituição de gramáticas enquanto objetos históricos se dá na medida em que se configuram como frutos de gestos de interpretação empreendidos por sujeitos-gramáticos inscritos em condições de produção específicas – consideração essa que traz

---

<sup>13</sup> Diz a autora (COSTA, 2019b, p. 27-28): “o conceito de gramática enquanto instrumento linguístico é problemático tanto pela própria noção de instrumento como pela de hiperlíngua. No que tange à noção de instrumentos linguísticos, cabe pontuar que essa vem sendo mobilizada discursivamente por analistas brasileiros pelo menos desde Língua e cidadania (Orlandi e Guimarães, 1996, p.9), obra na qual se ressalta na apresentação a importância de considerá-los na sua relação com o “modo como a sociedade constrói elementos da sua identidade”, ao mesmo tempo em que “se constitui historicamente”. A noção de hiperlíngua, por seu turno, como explicaram Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p.96), “implica uma concepção de comunicação, sujeito, história e língua bastante diferentes – por vezes, opostas – daquelas da Análise do Discurso”. A nosso ver, o mesmo pode ser dito sobre a noção de instrumento. E isso porque a concepção de uma hiperlíngua que se projeta num instrumento linguístico pressupõe o estabelecimento em certos ambientes de relações de comunicação entre indivíduos baseadas em competências linguísticas. Essa concepção é conflitante em relação aos pressupostos teóricos da AD, porque, em função da noção de interpretação, entende-se que há sempre comunicação e não comunicação. O equívoco é sempre possível, ele faz parte da língua, de modo que as mesmas palavras, sob condições de produção distintas, podem significar diferentemente. Isso significa que, em nossa perspectiva, uma vez que o equívoco é tomado como constitutivo, a suposta competência desenvolvida pelo instrumento não garante o estabelecimento de comunicação, mas produz a ilusão de. Além disso, a noção de indivíduo dado a priori incutida no conceito de hiperlíngua e no de instrumento, já que se entende que por meio deste aquele pode ter a sua competência linguística desenvolvida, também é problemática do ponto de vista teórico. Em AD, entende-se que os sujeitos se constituem/são constituídos nos/pelos processos discursivos, ou seja, a concepção de indivíduo presente na proposta de Auroux apaga, portanto, o processo histórico a partir do qual o sujeito, por meio do processo de identificação/subjetivação, se projeta no dizer. Por fim, outro ponto que é controvertido diz respeito à atuação do instrumento linguístico como ferramenta que possibilita o desenvolvimento da competência linguística do indivíduo. Tal concepção revela uma visão positivista do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, com o apagamento das condições históricas do sujeito, da gramática e das regras que nela compõem, bem como do próprio processo de ensino-aprendizagem, o qual é visto como transparente e evidente, pressupõe-se que qualquer um, em qualquer lugar, pode, com uma gramática, ter acesso ao corpo de regras de uma língua e aprimorar a sua competência como falante, prolongando a sua fala natural.”

<sup>14</sup> Diz Orlandi (2007, p. 43): “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.



à baila a heterogeneidade, de um lado, dos saberes que constituem o que, numa dada conjuntura, se nomeia como gramática e, de outro, das formas materiais em que tais saberes (não) podem/devem se inscrever.

Tendo em vista essa heterogeneidade, Costa (2019a [2016]) formulou a distinção entre a *Gramática*, com inicial maiúscula e precedida de artigo definido, também por vezes adjetivada como *normativa* ou *tradicional*, enquanto **domínio de saber**, e *gramática*, com letra minúscula, enquanto **forma material**<sup>15</sup>.

Enquanto domínio de saber, na esteira de Pêcheux (2009 [1975]), a *Gramática* é tomada pela autora como uma FD constitutivamente heterogênea na qual se inscrevem diferentes formas de saberes linguísticos (a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe etc.) e que se distingue e se relaciona, por vezes de forma tensa, com outros domínios, como a Linguística, a Filologia, entre outros, igualmente heterogêneos. Considerando especificamente o que designa como discurso gramatical brasileiro, Costa (2019a [2016]) destaca ainda que dizer que a *Gramática* se constitui enquanto um domínio de saber significa tomá-la como um conjunto de dizeres que – determinados sócio, histórica e ideologicamente – se impõe como *a única memória possível* para esse discurso e, por conseguinte, considerar a sua filiação a uma prática discursiva desenvolvida por sujeitos inscritos em condições determinadas.

Logo, dizer que a Gramática, enquanto domínio de saber, não é homogênea implica, dessa perspectiva, considerar que os sentidos que a ela se filiam são historicamente construídos e se significam em relação a outros sentidos com os quais disputam espaço na forma material da gramática. Assim sendo, cabe ao analista-historiador (NUNES, 2008) buscar compreender o processo de naturalização de determinados sentidos em detrimento de outros – processo esse que, por ser histórico, não é evidente, não se dispõe linearmente na linha do tempo de modo a se estabelecer relações óbvias ou transparentes de causa e efeito. E isso porque, desse lugar, concebemos, na esteira de Nunes (2002, p. 107), que “as determinações causais estão relacionadas com as condições de produção do discurso” ou, dito noutros termos, que as relações de

---

<sup>15</sup> Orlandi, considerando a relação entre língua e história, propõe, deslocando o conceito hjelmsleviano, que aquela seja tomada enquanto forma material, isto é, como “forma encarnada na história para produzir sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 19). Em sua reflexão, a expressão “forma material” é retomada ainda como “materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2007, p. 59), “materialidade discursiva” (ibid., p. 90) e “materialidade simbólica e significativa” (ibid., p. 18). Lagazzi (2011, p. 401 [itálicos da autora]), observando a necessidade de “concernir o trabalho com as diferentes materialidades [e não apenas a linguística]”, propõe a formulação “materialidades significantes”, lembrando que estas se constituem como “materialidades prenes de serem significadas”, isto é, o “modo significante pelo qual o sentido se formula” (ibid., loc. cit.). É, pois, nesse sentido, que tais expressões comparecem neste trabalho.

causalidade estabelecidas no dizer a partir do lugar do sujeito-historiador configuram-se como efeitos de injunções sociais, históricas e ideológicas.

Já o nome *gramática* com letra minúscula tem, como depreendemos de Costa (2019a [2016]), funcionamento polissêmico, visto que designa diferentes formas materiais nas quais se inscrevem discursos sobre língua, linguagem e metalinguagem, dentre estes, mas não só, aqueles que se filiam à *Gramática*, com G maiúsculo. Enquanto tal, uma vez que presentifica um imaginário de instrumentação, descrição e/ou normatização do que se concebe como *a língua*, também é um produto de práticas discursivas – filiadas ao lugar do gramático normativo ou ao do gramático-linguista, por exemplo –, daí haver, segundo a autora, entre *gramática* (forma material) e a *Gramática* (domínio de saber) uma relação de dupla determinação, no sentido em que “as *gramáticas* são determinadas pela *Gramática*, mas nela também produzem efeitos, podendo fazerem-se significar na memória (oficial) do discurso gramatical brasileiro” (ibid., p. 29).

Por fim, cabe assinalar que, tendo em vista o imaginário projetado na *gramática* (forma material), outros analistas-historiadores têm proposto o deslocamento do conceito de instrumento linguístico para operacionalizá-lo em pesquisas realizadas à luz da perspectiva discursiva. Esse é o caso de Ferreira (2020) e de Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022), dentre outros.

Indo na direção da proposta de Costa (2019a [2016]) no que concerne à consideração da materialidade significativa (LAGAZZI, 2011) em que se inscrevem os saberes metalinguísticos, Ferreira (2020, p. 95) pontua que:

Enquanto objetos históricos em funcionamento, os instrumentos linguísticos podem ser pensados em sua materialidade discursiva. Para isso, as análises sobre esses artefatos são empreendidas considerando sua materialidade linguística, ou seja, a língua em sua historicidade.

Já Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022), lembrando que instrumentos linguísticos têm sido também considerados enquanto objetos discursivos (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997; NUNES, 2006), o que implica pensá-los em relação a sua exterioridade constitutiva (PFEIFFER, 2015), assinalam que, discursivamente,

são o prolongamento e a acessibilidade projetados nos/pelos instrumentos tomados enquanto efeitos: por meio dessas tecnologias, os discursos sobre as línguas, indissociavelmente relacionados à história, à ideologia e ao político, são (re)produzidos e colocados em circulação numa dada formação social, ao mesmo tempo em que a língua, imaginariamente instrumentalizada, se

constitui/ é constituída ou fabricada, para retomar o termo de Auroux. (PFEIFFER; COSTA; MEDEIROS, 2022, p. 331, nota 2)

### 3. Instrumentos linguísticos e hiperlíngua

Como buscamos demonstrar na seção anterior, o conceito de instrumento linguístico tem uma história no campo da História das Ideias Linguísticas. Essa história não se estagna quando se dá o seu encontro com a Análise de Discurso materialista. Ao contrário, esse conceito segue em movimento, em deslocamento contínuo em função das condições outras em que passa a ser mobilizado pelos pesquisadores brasileiros<sup>16</sup>. Até certo ponto, o mesmo pode ser dito a respeito da historicidade do conceito de hiperlíngua. Nesta seção, como anunciamos na apresentação, perseguiremos nas formulações de Auroux sobre instrumento linguístico e hiperlíngua a relação que se tece entre o que se propõe como nacional e regional.

Como vimos, segundo Auroux, no instrumento linguístico se projeta uma hiperlíngua. Agora, acrescentemos que, em *A revolução tecnológica da gramatização*, o autor considera que a taxa de utilização desta, desde que significativa, é determinante para que aquele modifique “a ecologia da comunicação” (AUROUX, 2009 [1992], p. 128). Também nessa obra o conceito de hiperlíngua é mobilizado para se referir a “um conjunto de indivíduos munidos de aptidões lingüísticas e mergulhados em um contexto social e[m] uma parte do mundo” (ibid., p. 128). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se coloca que toda hiperlíngua “é por definição incomensurável”, coloca-se também que “em relação à realidade da hiperlíngua a atividade de gramatização é sempre, pelo menos em parte, uma atividade de redução” (ibid., p. 129).

Em “Língua e Hiperlíngua”, artigo publicado no Brasil em 1998, Auroux retoma a questão da incomensurabilidade, reformulando-a ao associá-la ao que distingue como *língua empírica e língua gramatical*. Diz o autor:

O conjunto das frases que permite construir uma gramática é uma língua gramatical. Se nomeamos língua empírica o conjunto das frases efetivamente pronunciadas por um grupo de seres humanos e seus descendentes, é possível mostrar que língua gramatical e língua empírica são incomensuráveis (AUROUX, 1998b, p. 18).

<sup>16</sup> Não é nosso objetivo aqui percorrer todos os meandros dessa história ou de qualquer outra, porque, para a perspectiva discursiva, a incompletude é constitutiva e, mesmo para a HIL, como pontua Auroux (2021) toda (representação da) história é necessariamente parcial. É parcial porque algo sempre fica de fora, mas também porque demanda tomada de posição, inscrição em uma memória. “O sentido pode sempre ser outro”, nos ensina Orlandi (2007, p. 83). E nesta história dos conceitos da história das ideias linguísticas não poderia ser diferente.

Nesse artigo, o conceito de hiperlíngua, tomado então enquanto uma “hipótese empirista” (ibid., p. 27), é reformulado passando a significar “um espaço-tempo estruturado” em que “uma mesma rede de comunicação” é compartilhada por sujeitos falantes que possuem diferentes competências, que podem ter acesso ou não a instrumentos linguísticos e que estão inseridos em ambientes sociais, culturais e comunicativos diversos. Essa reformulação parte, portanto, do pressuposto de que “as línguas em si não existem”, a não ser nos sujeitos “envolvidos por um mundo e artefatos técnicos, entre os quais figuram (por vezes) gramáticas e dicionários” (ibid., p. 19). Calca-se ainda, como vimos na seção anterior, no princípio de que a língua que comparece nas gramáticas é uma representação produzida pelos sujeitos da ciência. Apesar disso, a relação entre hiperlíngua, língua empírica e língua gramatical ainda comparece aí de forma um tanto nebulosa.

É com *La raison, le langage et les normes* (1998a), obra já mobilizada na seção anterior, publicada na França no mesmo ano do artigo supracitado e ainda não traduzida para o português brasileiro, que podemos avançar um pouco mais em direção a uma possível compreensão dessa relação. Nessa obra, ao estabelecer a distinção entre língua empírica e língua gramatical, o autor mobiliza duas hipóteses, a seu ver inconsistentes, que, como demonstra, comparecem recorrentemente nos estudos linguístico-gramaticais, ainda que por vezes com uma roupagem distinta. São elas as hipóteses da língua e do cálculo (ou da sua calculabilidade). Esta, de acordo com Aurox (ibid., p. 98 – tradução nossa), diz respeito à possibilidade, comumente considerada por exemplo do lugar da gramática gerativa, de “todas as propriedades de todas as frases possíveis de uma língua L” poderem ser “descritas (ou geradas) por um conjunto consistente de axiomas”. Já aquela pressupõe que “a língua é um conjunto de representações comuns aos indivíduos” a partir do qual se construiria “uma representação coletiva [...] estritamente dependente de uma coerção biológica do tipo hereditária” (ibid., loc. cit. – tradução nossa).

Essas hipóteses, ao reduzirem “todas as atividades linguísticas a um cálculo” e ao não considerarem “a conjectura sociológica, segundo a qual a linguagem é o que se passa *entre* os indivíduos falantes, e não somente dentro da cabeça de cada um deles”, sustentam-se na concepção, segundo o autor, de “uma língua única e homogênea, interiorizada por todos” (ibid., p. 97-98 – tradução nossa). Para constituição de tal língua, contribuiria, atribuindo-lhe consistência empírica, o processo de standardização empreendido pelos Estados nacionais por meio de mecanismos de coesão/coerção

linguística, dentre os quais se destacam, entre outros, os objetos técnicos do campo dos estudos da linguagem, como os dicionários e as gramáticas normativas ou tradicionais.

Sob essa perspectiva, uma língua gramatical concerne, portanto, a “toda língua gerada por uma gramática” que, sendo definida pelos axiomas do cálculo e da língua, constitui a “contraparte objetiva (real ou ideal) de uma gramática” (ibid., p. 103 – tradução nossa) – daí mais adiante afirmar que as gramáticas se assemelham a “‘máquinas’ de fabricar a língua ou ao menos a forma consensual aceita em uma dada época” (ibid., p. 264 – tradução nossa).

Explicamos. Lembrando que, habitualmente, concebemos a gramática enquanto a gramática de *uma* língua, como a gramática *do francês*, por exemplo, Auroux pontua que, por vezes, ingenuamente tendemos a considerar “i. que a língua preexiste à gramática”; e “ii. que a gramática é a representação da língua” (ibid., p. 103 – tradução nossa). Dessa relação especular, segundo o autor, decorre inclusive o reconhecimento da validade da gramática, ou seja, será válida aquela em que é possível identificar o que é comumente chamado de *francês*, no caso da gramática *do francês*.

Entretanto, há, conforme Auroux, uma outra forma de identificar uma língua. Esta ocorre quando somos colocados diante de uma “realização empírica” (ibid., loc. cit.), seja falada ou escrita, e reconhecemos como sendo manifestação de uma língua e não de outra. É, pois, o conjunto não fechado de realizações empíricas possíveis que constitui o que o autor designa como língua empírica. Dessa maneira, com essa conceituação, Auroux afirma introduzir na definição de língua a sua temporalidade e os sujeitos falantes, distanciando-se para tanto de uma concepção recursiva.

É nesse íterim que entra em cena na obra francesa o conceito de hiperlíngua com vistas a “admitir certa incomensurabilidade *entre* a língua empírica e a língua gramatical”, sendo então ambas consideradas como “construções, elementos de nossa representação” (ibid., p. 113 – tradução e itálico nossos). A partir dessa reconfiguração teórica, Auroux levanta o seguinte questionamento: “o que existe em matéria de linguagem?”. E responde:

a língua empírica não tem existência autônoma (ou substancial, como diziam antigamente os filósofos), ela existe nas manifestações sonoras ou escritas sem poder ser a elas reduzidas, porque a característica de um enunciado linguístico é justamente a de não ser simplesmente uma vibração do ar ambiente. Mas apenas existe, em certas porções de espaço-tempo, nos sujeitos, dotados de certas capacidades linguísticas ou ainda de “gramáticas” (não necessariamente idênticas), cercados por um mundo de artefatos técnicos, entre os quais figuram (por vezes) as gramáticas e os dicionários. Dito de outro modo, o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma

certa estrutura que lhe conferem os objetos e os sujeitos que o ocupam (ibid., p. 115 [tradução nossa]).

É, pois, esse espaço-tempo assim estruturado que Auroux designa como hiperlíngua, ressaltando que introduzir um novo objeto nele muda a sua estrutura. Esse é, por exemplo, o caso da gramática, visto que esta, enquanto objeto técnico, conforme o autor, “contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma certa hiperlíngua” (ibid., loc. cit.).

Lembrando ainda que o mundo externo participa das construções do sentido, Auroux convoca o princípio da “externalidade da referência” – princípio este segundo o qual se admite que “os objetos de que fala a linguagem encontram-se no seu exterior” (ibid., p. 118 [tradução nossa]). É nesse ponto que os processos de colonização/descolonização, enquanto acontecimentos linguísticos (ORLANDI, 2009a), fazem-se significar em sua reflexão. Observando que algumas expressões não têm o mesmo sentido no Brasil e em Portugal, o autor afirma que o que mudou não foi a língua gramatical, foi o mundo, “provocando uma mudança da hiperlíngua” (AUROUX, 1998a, p. 118 – tradução nossa). Em seguida, ele continua:

A evolução da hiperlíngua não se marca necessariamente na estrutura abstrata (geralmente morfossintática e fonológica), mínima e não dinâmica, que as nossas gramáticas descrevem. Não chega necessariamente até a incompreensão absoluta que corresponde às relações geradas pela longa passagem das proto-línguas às suas descendentes distantes. Mas, quando se muda de natureza e se constituem espaços novos para a comunicação, a vida e a história dos homens (p.ex. quando se estende a hiperlíngua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa a territórios americanos), produz-se uma nova estrutura local de hiperlíngua, que se nota rapidamente nas diferentes estruturas discursivas (ibid., p. 119 [tradução nossa]).

Esses sentidos também comparecem no artigo publicado no Brasil, com a diferença de que Auroux nele mobiliza o conceito de gramatização<sup>17</sup>. Nesse ponto de sua reflexão, assinalando que “a gramatização não deixa os espaços de comunicação inalterados: ela produz instrumentos lingüísticos que figuram na hiperlíngua e modificam sua estrutura”, (id., 1998b, p. 21), traz à baila a questão da língua nacional, citando como exemplo a sua constituição no Brasil.

---

<sup>17</sup> A gramatização é, segundo Auroux (2009 [1992], p. 65), “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”.

Antes de continuarmos, devemos esclarecer que não nos interessa aqui explorar os problemas epistemológicos ocasionados pela mobilização do conceito de hiperlíngua em pesquisas desenvolvidas à luz da perspectiva discursiva da HIL. Isso já foi abordado com propriedade por Zoppi-Fontana e Diniz (2008), com quem concordamos<sup>18</sup>. A nós, interessa pensar especificamente a relação estabelecida entre instrumentos linguísticos e o que neles se formula como nacional e regional e, para isso, impôs-se considerar também a relação com o que Auroux nomeia como hiperlíngua.

Dito isto, seguimos nossa reflexão ainda debruçando-nos sobre o artigo de Auroux supracitado. Nele, o autor relaciona a “questão da língua nacional” ao processo de gramatização brasileiro da língua portuguesa, momento no qual se dá início à descrição de modos de dizer em outro espaço-tempo (outra hiperlíngua) que não o europeu com o desenvolvimento, notadamente a partir do século XVIII, de dicionários monolíngues e “igualmente [de] dicionários de regionalismos” (ibid., p. 21), entre outros. Dicionários monolíngues dizem da dimensão nacional da língua, mas em Auroux comparecem ao lado dos dicionários ditos regionalistas. Esse comparecimento nos impôs as seguintes questões: Como o nacional e o regional se articulam no espaço-tempo estruturado da hiperlíngua? Como o regional afeta/é afetado pelo processo de gramatização?

Sobre isso, nada é dito nos textos de Auroux recortados para esta reflexão. Embora, por ora, não nos interesse ir atrás do porquê dessas ausências com que nos deparamos, fato é que elas são, em nosso percurso, significativas e nos levaram a mobilizar na próxima seção teóricos brasileiros que, inscrevendo-se numa relação, não de filiação, mas produtiva quanto às ideias de Auroux, se propuseram a refletir sobre o processo de gramatização no/do Brasil, operacionalizando em suas análises o conceito de instrumentos linguísticos e pensando-o no que toca aos processos de colonização/descolonização.

#### **4. Instrumentos linguísticos em outro espaço-tempo – a gramatização brasileira**

A partir da perspectiva discursiva da HIL, Orlandi (2001), considerando a gramatização brasileira da língua portuguesa, comenta a necessidade de considerar outras materialidades, para além de gramáticas e dicionários, como instrumentos linguísticos nas pesquisas desenvolvidas no Brasil. Segundo a autora, tais instrumentos “concorrem para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional”

---

<sup>18</sup> Na nota 13, trouxemos rapidamente as ponderações dos autores. Aos leitores interessados, porém, indicamos a leitura do artigo na íntegra.

(*ibid.*, p. 17), possibilitando implantar no Brasil a área de estudos de história da língua nacional, a qual se relaciona com a história da sociedade, da ciência e, portanto, das ideias linguísticas<sup>19</sup>.

Nessa linha, Orlandi e Guimarães (2001, p. 24) também afirmam que “a questão da língua nacional está ligada aqui ao processo de gramatização brasileira do português que é posto em curso a partir da segunda metade do século XIX” e que possibilitou ao Brasil ter “seus próprios instrumentos lingüísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal”. Trata-se, assim, nos termos de Orlandi (2009a, p. 216)<sup>20</sup>, de uma “gramatização feita de brasileiros por brasileiros”, um segundo passo no processo por ela nomeado como de “historicização da língua de colonização” (*ibid.*, p. 212). No tocante especificamente à produção de gramáticas no século XIX, a autora afirma ser este um momento de tomada de posição de autoria do gramático brasileiro frente à produção de saber metalinguístico sobre a sua língua – saber este que já “não reflete apenas o saber gramatical português” (*ibid.*, *loc. cit.*), concorrendo, assim, para o processo de descolonização linguística.

Por descolonização linguística, Orlandi concebe a produção de um imaginário que se sustenta no “fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a uma posição de poder que impõe uma língua a sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra nação” (*ibid.*, p. 213). Assim, conclui a autora: “se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização essa posição se inverte, e o lugar de significação é desse lado do Atlântico, com sua memória local” (*ibid.*, *loc. cit.*).

Ainda em conformidade com a sua reflexão, tanto na colonização quanto na descolonização, coloca-se em questão “a unidade necessária e a diversidade concreta em um mesmo território” (*ibid.*, p. 214). A diferença consistiria no fato de que, na descolonização, há “um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter a sua referência no Brasil” (*ibid.*, p. 213) de modo que a diversidade concreta no território brasileiro coloca em cena, em decorrência de nossa história de país colonizado, a relação entre povos e línguas distintas de origem indígena, africana e europeia

---

<sup>19</sup> Por ideias linguísticas, consideramos, com Costa (2023), os discursos sobre (meta)língua(gem). Tais discursos, conforme Orlandi e Guimarães (2001, p. 32), colocam em circulação sentidos relacionados “à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos”.

<sup>20</sup> Nesse texto, a autora, de um modo geral, retoma ideias que vem desenvolvendo em trabalhos dispersos desde os anos 1990, fato que justifica o seu recorte em detrimento de outras textualidades em que também se dedica à temática aqui abordada.



(notadamente a portuguesa, mas também outras em decorrência das constantes migrações no início do século XX). Dito de outro modo, é a diversidade concreta que estrutura o espaço-tempo brasileiro (a sua hiperlíngua, diria Aurox) que possibilita a projeção da distinção entre a língua do Brasil e a de Portugal.

Com isso, a autora traz a lume um outro efeito da gramatização ou, mais especificamente da endogramatização, tal como formulada por Aurox (2009 [1992]), enquanto processo de gramatização colocado em curso por falantes nativos de uma língua. Diz ela:

A gramatização, ou melhor, a endogramatização [...] torna visível a historicização da língua e pode ser considerada como um instrumento no processo de descolonização, pois ter uma gramática que é sua (feita por brasileiros para brasileiros) pode ser um documento de ‘identidade’ linguística (ORLANDI, 2009a, p. 214).

A partir do processo de endogramatização em solo brasileiro, tem-se, então, três movimentos imbricados e fundamentais para a descolonização e para a formação da identidade linguística, da identidade nacional e da identidade do cidadão brasileiro. São eles: 1. a produção de um saber sobre a língua por gramáticos brasileiros (a gramática); 2. a estabilização/standardização da língua (escrita) do Brasil cuja unidade constitui uma das formas de materialização da unidade do Estado brasileiro; e 3. a legitimação do gesto de apropriação dessa língua por brasileiros, o que implica a constituição de um sujeito nacional cujo saber se torna visível na/pela gramática. Por esses motivos, ser autor de gramática no século XIX era, segundo Orlandi (ibid., p. 217), “ter o lugar de responsabilidade enquanto intelectual e uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil”.

Paralelamente, fez-se necessário que a diversidade concreta, reivindicada como elemento de distinção em relação à língua de Portugal, fosse, no âmbito nacional, para garantia do imaginário de unidade linguística, silenciada, domesticada, controlada ou, ainda, como dizem Pêcheux e Gadet (2009 [1981]) no excerto em epígrafe, absorvida, anulada.

Essa situação, todavia, se modifica no século XX quando o Estado brasileiro já se encontra constituído e a diferença em relação a Portugal se torna uma evidência, tanto interna quanto externamente. Contribuem para essa modificação ainda dois acontecimentos: a institucionalização da chamada Linguística moderna nas Faculdades de Letras a partir da década de 1940 e a implementação, por meio de decreto ministerial,

da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959. A essa época, o lugar de autoria do saber linguístico é deslocado para o do linguista, cabendo, então, ao gramático a “função de guardião da norma gramatical” (ORLANDI, 2009a, p. 219).

Há, desse modo, para Orlandi, o esquecimento do processo de gramatização perpetrado no século XIX, “que nos garantiu uma língua legítima institucionalmente, [...] como língua nacional, oficial”. Com esse esquecimento, acontece também, segundo a autora, um deslizamento ideológico que impõe um imaginário de necessidade, “sobretudo nas escolas, [...] da preservação da pureza da língua”. E mais: determinado pela ambiguidade da ideologia da colonização, esse deslizamento por vezes coloca em circulação sentidos em que o que se toma por “língua verdadeira, pura, é ainda a língua portuguesa de Portugal”, sendo o brasileiro “um português mal falado” (ibid., loc. cit.).

Assim é que, como pontuam Orlandi e Guimarães (2001, p. 33), “a gramatização brasileira dividida entre o específico brasileiro e o modelo português chega ao final do século XX afirmando – no nível da política linguística oficial – que malgrado séculos de mudanças e de diferenciação há unidade entre Brasil e Portugal”.

É, portanto, considerando essa ambivalente relação entre unidade e diversidade que os autores aproximam o conceito de hiperlíngua, de Auroux, do conceito de língua fluida, tal como formulado por Orlandi e Souza (1988). Breve, o conceito de língua fluida opõe-se na teorização das autoras ao de língua imaginária. Enquanto este conceito diz respeito aos “objetos-ficção” (ibid., p. 28) sistematizados pelos sujeitos da ciência, como os gramáticos e os linguistas, em seus gestos de descrição, instrumentação, aproximando-se da noção de língua gramatical de Auroux; aquele refere-se à língua que não se permite (a)pre(e)nder, conter “no arcabouço de sistemas e fórmulas” (id., ibid., p. 34), mas que pode ser observada e reconhecida quando focalizados os processos discursivos “através da história da constituição de formas e sentidos (id., ibid., loc. cit.). Desse modo, compreendendo hiperlíngua como “espaço de circulação”, Orlandi e Guimarães (2001, p. 34) dizem ressaltar, ao aproximá-la do conceito de língua fluida, “a historicidade presente nesta noção” de Auroux, afirmando ainda introduzir “a dimensão discursiva (não da língua mas na língua)”.

Logo, devido às diferentes formas de materialização da ambivalência ao longo de nossa história entre a unidade da língua imaginária do Brasil construída e garantida pela/na gramática e a diversidade constitutiva da língua fluida, asseveram, então, os autores “que a constituição da língua nacional no Brasil é o produto da história contraditória da gramatização brasileira”. Isso significa considerar, noutras palavras, que

“a gramatização de uma língua é uma parte da história desta língua”, donde a conclusão de que “as tecnologias linguísticas não são somente os produtos de um saber”, mas também “contribuem para a constituição dos fatos da língua” (ibid., loc. cit.).

Voltemos às inquietações compartilhadas no final da seção anterior e que nos movem nesse percurso de leitura. Com Orlandi (2009a) e Orlandi e Guimarães (2001), vimos como unidade e diversidade se relacionam, no espaço-tempo brasileiro, em um processo de gramatização/endogramatização cujo efeito é a projeção de uma língua imaginária que passa a equivaler à língua nacional brasileira. Ocorre que, nesse processo, há também instrumentos linguísticos que se voltam não para a dimensão nacional, mas para uma dimensão regional da língua do Brasil ou ainda para uma parte dessa língua. Nesses casos, como pensar a relação entre unidade e diversidade ou, ainda, entre língua fluida e língua imaginária? Nosso incômodo persiste e sobre ele continuaremos a nos debruçar nas próximas seções, agora tomando como objeto de análise três instrumentos linguísticos aqui, como dito, concebidos enquanto materialidades significantes.

## 5. As obras de Said Ali e Nascentes como instrumentos linguísticos

Como anunciamos, consideramos as materialidades aqui recortadas para análise como instrumentos linguísticos decorrentes do processo de gramatização realizado por brasileiros para brasileiros. Mais especificamente, as tomamos como gramáticas, ainda que esse nome não compareça no título de *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes, o que por si só já se constitui como um ponto que convoca a nossa reflexão. Assim como Petri (2012, p. 29), entendemos que a necessidade de ampliação do conceito de instrumentos linguísticos instaurada em solo brasileiro acarreta também a inclusão<sup>21</sup> do que se propõe como regional. E isso porque, pensando especificamente dicionários de regionalismos, segundo a autora, em tais instrumentos se estabelecem igualmente “relações entre os sujeitos e o saber, via a discursividade que lhe é constitutiva” (ibid., p. 29).

Ademais, assim como nas gramáticas predicadas como *histórica* e *secundária* de Said Ali, comparecem, no livrinho com cerca de 200 páginas de Nascentes, os três elementos que compõem uma gramática de acordo com a reflexão de Auroux (2009

---

<sup>21</sup> O termo inclusão remete às ausências observadas nas textualidades filiadas ao nome de Auroux e postas em circulação no Brasil e na França mais ou menos na mesma época em que teóricos brasileiros se dedicavam à reflexão sobre o processo de gramatização no/do Brasil tendo em vista a sua relação incontornável, como podemos depreender a partir de Orlandi (2001) e Orlandi e Guimarães (2001), com os processos de colonização/descolonização.

[1992], p. 66), a saber: “categorização das unidades”, “exemplos” e “regras mais ou menos explícitas para construir enunciados”. Ele também contempla o “conteúdo relativamente estável” (ibid., loc. cit.) que comumente se faz presente, segundo o filósofo francês, em gramáticas, dividindo-se a edição aqui analisada em: *Prefácio; Prefácio da primeira edição; O falar brasileiro; Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro; Fonética; Morfologia; Sintaxe; Léxico; e Vocabulário*.

Sendo assim, impõe-se, pois, a pergunta: por que se diz *gramática da língua portuguesa*, mas não se diz *gramática do linguajar carioca*? E mais: por que, em Said Ali, diz-se sobre *língua* e, em Nascentes, sobre *linguajar*? Como *língua* e *linguajar* significam nessas materialidades? Ainda: se um gramático produz gramáticas, em que lugar de autoria Nascentes se inscreve/é inscrito ao dizer (gramaticalmente) sobre o que nomeia como “linguajar carioca” numa materialidade não nomeada como gramática e que também conta com um capítulo intitulado “Vocabulário”? Considerando também com Orlandi e Guimarães (2001, p. 93) que os “modos de tratar a diferenciação lingüística espelham teorias sobre a língua”, a que teoria(s) se filiam Said Ali e Nascentes ao se projetarem como autores nas materialidades em questão e como, a partir dessa filiação, *língua portuguesa*, *falar brasileiro* e *linguajar carioca* significam? Essas são algumas questões que se impuseram ao nosso olhar, mas que, embora tenham passado a constituí-lo, não necessariamente serão respondidas aqui. Aquelas, porém, que não forem respondidas em função do espaço deste artigo, deixamos registradas como acenos para movimentos futuros de análise.

Também como já pontuado, as três materialidades sobre as quais nos debruçamos foram postas em circulação no Brasil na segunda década do século XX – antes, portanto, das modificações no tocante à autoria do saber metalinguístico serem colocadas em curso e no final de um período em que, segundo Guimarães (2004, p. 28), embora tenha se tornado possível falar de um português do Brasil, ainda se observavam “posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil”. Para o autor, contudo, tanto as gramáticas de Said Ali quanto os estudos dialetológicos desenvolvidos na década de 1920, nos quais inclui o trabalho de Nascentes, se situam em um “ponto de inflexão no qual se desloca da “língua nacional para a língua [que língua?] objeto dos estudos de linguagem no Brasil” (ibid., p. 31).

Como vimos, o processo de gramatização brasileiro que tem como efeito, por um lado, a distinção em relação à língua de Portugal e, por outro, a unificação da língua do Brasil se dá a partir do jogo ambivalente entre unidade e diversidade. Tanto em Auroux

(1998a; 1998b), como em Orlandi (2009a) e Orlandi e Guimarães (2001), o processo de gramatização/endogramatização é colocado como um dos fatores que promovem a unidade linguística e, portanto, a constituição da chamada língua nacional. Orlandi (2009a, p. 212) afirma inclusive que é a normatização da língua por meio de instrumentos linguísticos “que nos leva à necessidade de desmembrar, classificar, nomear distintos estados de língua: língua materna, língua nacional, língua oficial”. E a(s) língua(s) regional(is)?, perguntamos.

Pensando as nossas materialidades de análise e considerando a não transparência da linguagem, também questionamos como essa relação ambivalente entre unidade e diversidade nelas se inscreve. De imediato, a leitura dos títulos e dos índices colocou para nós uma tensão entre o que é posto como nacional (a língua portuguesa, o falar brasileiro) e regional (o linguajar carioca) a qual se manteve ao percorrermos os prólogos, prefácios e capítulos iniciais. Essa relação que, como vimos, só comparece de forma lateral nos textos aqui mobilizados de Auroux, é tematizada de forma aprofundada por Orlandi e Guimarães e outros teóricos filiados à perspectiva discursiva da HIL. No entanto, em nosso gesto de leitura, interessa compreender especificamente como tal relação se faz significar em textualidades que recortam como objeto dimensões distintas da língua.

No prólogo da GS, de Said Ali, lemos, por exemplo, que “Tem o presente compêndio por objecto expôr as doutrinas e regras grammaticaes relativas á nossa língua” (GS, 1964 [192?], n. p.), em que o sintagma “a nossa língua” reescreve o nome “língua portuguesa” presente no título, colocando-nos diante da inevitável pergunta: quem está incluído no pronome possessivo de primeira pessoa do plural *nossa*?

Em sua gramática histórica, já no primeiro parágrafo do prólogo, observamos regularidade no que toca à nomeação da língua tomada como objeto por meio da retomada de “língua portuguesa” por “português” ou ainda por “português histórico” (GH, 1931 [1921-7]). Na GH, assim como na GS, essa língua de que se diz também não é determinada pelo espaço de enunciação em que é posta a funcionar e, diferentemente daquela, não apresenta nenhum especificativo que coloque em cena, ainda que pela indeterminação, o sujeito falante, como ocorre com o pronome *nossa*.

Já no prefácio à 1ª edição da obra de Nascentes, o sintagma “o linguajar carioca” presente no título é parafraseado por “as alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa” (LC, 1953 [1922], n. p.). Ou seja, diferentemente do que observamos nas gramáticas de Said Ali, é o espaço-tempo brasileiro que está em jogo aqui. Além disso, lembremos que, nessa obra, há, como vimos, um capítulo intitulado “O falar brasileiro” e

outro intitulado “Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro”. No primeiro, afirma-se que, com o “descobrimento” em 1500, a língua portuguesa foi transplantada para o Brasil onde “sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional” (ibid., p. 11) e estabelece-se como objeto de estudo a distinção de variação “entre a língua do Brasil e a de sua antiga metrópole” (ibid., p. 12), notadamente a chamada “língua do povo” em detrimento da dita “língua das classes cultas”. Os motivos formulados para justificar esse recorte são: 1) porque esta “é correta” e 2) “porque lhe falta a naturalidade, a espontaneidade da língua popular” (ibid., p. 14). Em virtude disso, estabelece-se, então, como objetivo, em relação à chamada língua do povo, “ver os erros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo por que o medico estuda a etiologia das moléstias” (ibid., loc. cit.).

Note-se, primeiramente, que, no eixo parafrástico a partir do qual o *falar brasileiro* é significado, colocam-se sentidos que dizem da sua origem (*língua portuguesa*) e pertinência/abrangência territorial (*língua do Brasil* – também é dito em outro momento *português brasileiro*). Em seguida, um terceiro recorte se coloca fazendo significar uma divisão social: a língua do Brasil, em sua distinção em relação à língua da antiga metrópole, é constituída tanto pela *língua das classes cultas*, à qual se associa um imaginário de correção, quanto pela *língua do povo*, à qual se associa um imaginário de incorreção (*erros*) e, numa metáfora que mobiliza o discurso médico, de patologia (*moléstias*). É essa língua, também predicada como *popular*, que é posta como objeto do gesto de descrição de um sujeito que diz do lugar da dialectologia, o que nos permite também ler *língua do povo* como paráfrase de *linguajar carioca*. É importante observar, todavia, que, tal como anuncia o título do capítulo seguinte, o linguajar carioca é tomado como parte do falar brasileiro e que, portanto, a divisão entre sujeitos que se estabelece, nesse recorte social, atinge a ambos, isto é, ao linguajar carioca e, por extensão, ao falar brasileiro.

O capítulo posterior é aberto com a seguinte afirmação: “O falar brasileiro, apesar de sua relativa uniformidade, apresenta variações bem características” (ibid., p. 18). Tais variações são justificadas, no caso do Brasil, em função da “enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores” que “quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares”. Ou seja, se antes o que dividia o falar brasileiro era tão somente um recorte social, agora essa divisão passa a ser colocada também em função de um recorte geográfico. Assim, o Rio de Janeiro insere-se, conforme a proposta do autor de

delimitação de seis zonas de subfalares do que formula como falar brasileiro, ao lado de Espírito Santo, Sul de Minas e Distrito Federal, no chamado subfalar fluminense, sendo, portanto, o linguajar carioca significado como “uma variedade” desse subfalar (ibid., p. 26), isto é, como uma subparte regional (variedade ou linguajar do Rio de Janeiro) de uma parte regional (subfalar fluminense) de um todo nacional (o “falar brasileiro”).

Para pensar essa tensão entre unidade e diversidade no tocante ao que se projeta como nacional e regional nas obras de Said Ali e Nascentes, retomamos o conceito de dimensões discursivas da linguagem formulado por Payer (2006, p. 107), considerando, então, língua nacional e língua regional como duas dimensões que “não são autoevidentes nem semelhantes em quaisquer circunstâncias históricas” e que colocam em cena diferentes modos de relação entre línguas, sujeitos e memória. Nesse sentido, consideramos que, nas gramáticas de Said Ali, é a dimensão nacional da língua em sua unidade imaginária que é posta como objeto, mesmo que, dada a ambivalência da relação com Portugal, nem sempre a relação com o Brasil possa/deva comparecer de forma marcada. Na gramática de Nascentes, por seu turno, a dimensão objetificada é a dimensão regional, notadamente a da região do Estado do Rio de Janeiro, ainda que por vezes, para dizer desta, imponha-se também dizer da dimensão nacional. Sobre essa dimensão regional, como visto, diz-se ainda que se irá fazer um recorte social específico, tomando como objeto a chamada “língua do povo”.

Por isso, retomamos ainda as reflexões de Medeiros e Petri (2013) quanto ao que propõem como partição da língua para então tentar continuar uma conversa sobre a relação entre o nacional e o regional em instrumentos linguísticos produzidos por brasileiros para brasileiros, nos quais, como observam, comparece “uma língua partida, uma língua que se parte [em partes]” (ibid., p. 63). Debruçando-se, dentre outras materialidades, sobre o capítulo “Vocabulário” da obra de Nascentes aqui tomada como objeto, as autoras afirmam que as partições da língua “podem funcionar, por um lado, como metonímias do nacional – na medida em que é posto como parte da língua; por outro lado, podem ser, contraditoriamente, excluídas do nacional por serem muitas vezes significadas como desvio, incorreção, vício, patologia [...]” (ibid., p. 45), configurando-se este último, a seu ver, como o caso do capítulo analisado da obra de Nascentes. Tal funcionamento parece, porém, a princípio, contradizer o que se diz no capítulo “Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro”, no qual, como pontuamos, tal linguajar é significado como uma subparte de uma parte regional do todo nacional. Dizemos a princípio porque, como vimos, no capítulo “O falar brasileiro”, os usos

próprios da chamada “língua do povo” são significados como “erros”, “moléstias”, o que nos leva a perguntar: funcionaria em Nascentes o linguajar carioca como uma metonímia ou como um antônimo do falar brasileiro? É, pois, o caso de continuar investigando e de verificar se o funcionamento descrito pelas autoras é observado em outros capítulos da obra.

Para concluir esta seção, cabe lembrar o que pontuam Medeiros e Petri sobre a relação entre língua e sujeito. Dizem as autoras que “tratar da língua e das tensões que nela e por ela se instalam é também tratar da questão do sujeito” (ibid., p. 48). Com isso, deslocam a ideia de um “sujeito brasileiro” universal para, então, ressaltar a necessidade de pensar o lugar em instrumentos linguísticos desse sujeito que, tal como a língua, também não é uno. Aceitando essa sugestão, estabelecemos, como exporemos no próximo momento, como um primeiro recorte analítico do corpo das gramáticas de Said Ali e Nascentes a relação entre línguas e sujeitos no/do Brasil.

## **6. Línguas e sujeitos em instrumentos linguísticos de brasileiros para brasileiros<sup>22</sup>**

Considerando que as gramáticas de Said Ali e Nascentes, enquanto instrumentos linguísticos, se inscrevem no momento que Orlandi (2009a) formulou como de descolonização linguística e buscando compreender a tensão observada na seção anterior, as percorremos a fim de recortar sequências discursivas (SDs) em que se inscrevessem sentidos acerca da constituição da(s) língua(s) e do(s) sujeito(s) no/do Brasil tendo em vista o fato discursivo da colonização (MARIANI, 2004).

Para tanto, selecionamos, de Said Ali, os capítulos “Vícios da Linguagem”, da GS, e “História resumida da Língua Portuguesa”, da GH, e, de Nascentes, além do capítulo “O falar brasileiro”, já mobilizado na seção anterior, o capítulo intitulado “Léxico”. Em seguida, buscamos, no corpus então constituído, menções a povos e línguas indígenas e africanos e, então, recortamos quatro SDs, duas de cada autor.

Na GS de Said Ali, não há menção a povos ou línguas africanos. Em relação a povos ou línguas indígenas, somente encontramos tal comparecimento na seção referente a neologismos, em que lemos:

---

<sup>22</sup> Uma primeira versão da análise aqui empreendida foi apresentada em formato de pôster no XIII Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Letras da UERJ, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 2022, por Bruna Alves Goulart, Giulia Nascimento de Mello e Gabrielly Azalim Braz, sob o seguinte título: “Efeitos da Colonização Linguística em Said Ali e Antenor Nascentes”.



SD1: **Neologismo** é o contrario do archaismo, é a expressão ou palavra nova, quer formada com os recursos proprios do idioma, quer tirada de idioma estrangeiro. O neologismo indigena produz-se em geral por analogia de outros vocabulos segundo os processos de derivação e composição. [...] Ao neologismo tomado de outra lingua dá-se o nome de **estrangeirismo** [...]. A adopção de estrangeirismos fez-se em todas as épocas, sempre que no vocabulário da lingua não se encontrava termo perfeitamente adequado ao conceito novo. Assim o portuguez antigo adoptou grande numero de vocábulos arabes, e os escriptores quinhentistas se utilisaram de muitas denominações asiaticas e brasílicas.” (ALI, 1964 [192?], p. 308-309 [negrito do autor; grifo nosso]).

Já na GH encontramos o reconhecimento de que houve um:

SD2: “enriquecimento do vocabulario portuguez, de um lado com termos asiaticos e africanos, de outro lado com expressões das línguas brasílicas” (ALI, 1931 [1921-7], p. 4-5 [grifo nosso]).

É importante esclarecer, primeiramente, que tomamos aqui línguas brasílicas como paráfrase de línguas indígenas, visto que esse é, conforme Mariani (2004), um termo que comparece em relatos de viajantes e de missionários jesuítas para se referir às línguas dos povos originários da então colônia. Dito isto, quatro pontos das SD1 e 2 merecem destaque, quais sejam:

1) o apagamento dos sujeitos/línguas africanas na GS (SD1) – uma gramática que se propõe a abordar a língua a ser ensinada na instituição escolar a partir de uma perspectiva dita sincrônica – e o seu comparecimento metonímico na GH (SD2) – uma gramática que, a priori, olha para a língua a partir de uma perspectiva diacrônica<sup>23</sup> – como “termos”, ao lado de “expressões de línguas brasílicas”;

2) o comparecimento na GS (SD1) do elemento indígena, em um capítulo intitulado “Vícios da Linguagem”, como “neologismo estrangeiro” e, na GH (SD2), como “enriquecimento” do nível lexical;

3) a tensão entre o que, na GS (SD1), é tomado como *novo* (os neologismos indígenas) e como *antigo* na língua (já que as “denominações brasílicas” foram utilizadas por “escritores quinhentistas”); e como *antigo* na GH (SD2) quando confrontada com a GS (já que tanto os “termos africanos” quanto as “expressões das línguas brasílicas” são abordados a partir de uma perspectiva dita histórica); e

4) a contradição entre o que é posto como *nativo* (próprio do espaço de enunciação brasileiro) e o que é posto como *estrangeiro*. O primeiro se faz significar no radical do adjetivo “brasílicas” que determina “denominações” e “línguas”, respectivamente, na GS

<sup>23</sup> Dizemos a priori porque, como explica Costa (2021), a caracterização da abordagem empreendida na GH como diacrônica é polêmica na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil.

(SD1) e na GH (SD2). Já o segundo se presentifica, na GS (SD1), por meio da retomada de neologismo como estrangeirismo e na oposição entre os escritores quinhentistas [portugueses] e as denominações brasílicas [i.e., dos brasílicos], e, na GH (SD2), pela significação das línguas brasílicas, ao lado das asiáticas e das africanas, como línguas que enriquecem o “vocabulário português”.

Esse procedimento de descrição observado na GH configura aquilo que Guimarães (2007) formulou como “movimento de fora para dentro”, isto é, das línguas postas como estrangeiras (as línguas indígenas) para a língua nacional (a língua portuguesa). Assim, embora, segundo o autor, Said Ali não se inscreva numa posição purista, haja vista que concebe empréstimos lexicais como enriquecimento, a língua tomada como referência em seu dizer é a portuguesa, e não as línguas nativas do espaço enunciativo brasileiro. Essa referência é mantida mesmo quando o movimento é de “dentro para fora” (GUIMARÃES, 2007), como ocorre na GS, na qual se diz, primeiramente, sem se especificar o agente, que “A *adoção* de estrangeirismos [por ?] fez-se em todas as épocas”, construção essa que, em seguida, é retomada por “o português antigo adoptou grande numero de vocábulos”.

Em LC, de Antenor Nascentes, a diversidade linguística concreta também se faz significar, produzindo ressonâncias na narrativa sobre o (des)encontro entre povos e línguas distintos, como lemos na SD3, recortada de “O falar brasileiro”, e na SD4, recortada de “Léxico”:

SD3: Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir o falar brasileiro (NASCENTES, 1953 [1922], p. 10 [grifo nosso]).

SD4: A principal característica do léxico carioca é, se assim nos podemos exprimir, o seu cosmopolitismo. Com efeito, capital e mais importante cidade do Brasil, o Rio de Janeiro exerce sobre o resto do país uma força centrípeta que acarreta para o vocabulário carioca termos oriundos de todos os Estados.

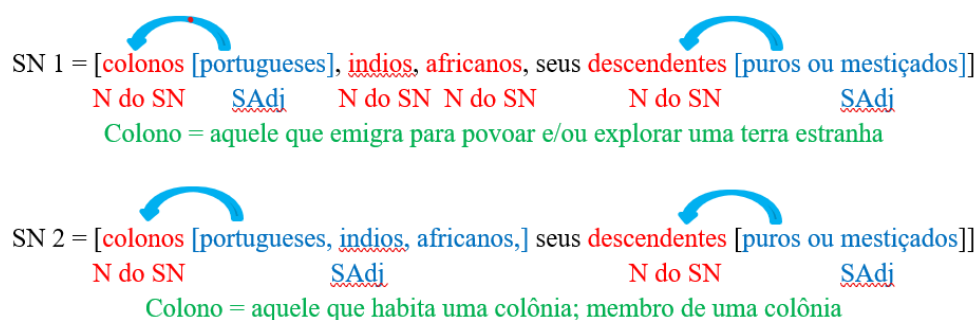
Ao lado desta força existe a contrária, que espalha pelo país inteiro os neologismos cariocas, como se deu com o verbo *avacalhar* e com a palavra *paredro*, por exemplo.

O vocabulário carioca, ao lado dos elementos portugueses, tupis e africanos, comuns a todo o Brasil, contém elementos estaduais e elementos próprios. [...]

A incorporação imediata pode ser mais bem apreciada. Vejamos, por exemplo, o que se deu com a palavra urucubaca. Esta palavra, apesar conhecida de grande numero de cariocas que mantêm relações com pessoas do norte, era ignorada de muita gente. Uma circunstancia eventual (a cantiga Ó Filomena) deu-lhe uma aplicação que a impôs à generalidade da população e assim incorporou-se ela imediatamente ao léxico carioca (ibid., p. 181-182 [grifos nossos]).

Na SD3, comparecem sentidos que apontam, ao mesmo tempo, para uma constituição igualitária do falar brasileiro pelos três povos (portugueses, índios e

africanos) e para uma relação assimétrica de poder, pois o SN destacado tem um funcionamento polissêmico, como podemos observar a seguir:



No *Grande Dicionário Houaiss* (on-line) temos três definições para o verbete *colono*. Dessas, interessam-nos as duas primeiras por nelas comparecem sentidos que ressoam na SD em análise. São eles: 1. “aquele que habita uma colônia; membro de uma colônia e 2. “aquele que emigra para povoar e/ou explorar uma terra estranha”.

Enquanto os três povos se enquadrariam no primeiro sentido de colono, a injunção histórica impõe que somente os portugueses possam ser identificados ao segundo. Há, em decorrência disso, também mais de uma forma de apreender a relação estabelecida entre os termos no interior do SN. Para o primeiro sentido de colono (SN1), temos apenas dois núcleos possíveis: “colonos” – que é determinado pelos adjetivos “portugueses, índios, africanos” – e “descendentes” – que é determinado pelos adjetivos “puros ou mestiços”.

Já para o segundo sentido de colono (SN2), temos quatro núcleos: “colono” – que é determinado pelo adjetivo “portugueses” – “índios”, “africanos” e “descendentes” – que continua determinado pelos adjetivos “puros ou mestiços”. Apesar disso, o comparecimento do nome da língua do colonizador (língua portuguesa), ao lado do silenciamento das demais línguas, e o apagamento da violência constitutiva do processo de colonização e, portanto, da história da nossa língua sugerem a predominância da primeira leitura, em detrimento da segunda.

Note-se ainda que, diferentemente do que comparece nos recortes desse mesmo capítulo analisados na seção anterior, também aos portugueses, ao lado dos índios, africanos e seus descendentes, é atribuída na SD3 a responsabilidade de modificar no solo brasileiro a língua portuguesa. Note-se também que as modificações por esses sujeitos produzidas é o que se diz constituir em um tempo posterior o chamado falar brasileiro. Este é, portanto, concebido como uma alteração da língua portuguesa, reiterando assim sentidos que, como vimos, comparecem desde o prefácio da 1ª edição. Sabemos, então, o

papel atribuído aos sujeitos europeus – ainda que por vezes a sua participação como agente de mudanças linguísticas seja silenciada – e à sua língua. Sabemos também o papel atribuído aos sujeitos não europeus, mas nada se disse até então sobre as suas línguas ou sobre como elas participam da constituição daquilo que se nomeia como falar brasileiro e, mais especificamente, do chamado linguajar carioca.

Na SD4, ao se dizer sobre o *léxico* ou *vocabulário carioca*, diz-se da sua heterogeneidade constitutiva. Ele é composto, assim como o vocabulário dos demais subfalares brasileiros, por elementos portugueses, tupis e africanos, mas também estaduais, i.e, advindos de outros Estados, e próprios. Ao que perguntamos: em que consistiriam esses elementos ditos estaduais e próprios?

Como exemplos de neologismos cariocas que se espalharam por todo o país, citam-se *avacalhar* e *paredro*. O primeiro é um verbo formado, segundo o *Grande Dicionário Houais* (on-line), no início do século XX, por parassíntese a partir do acréscimo do prefixo *a-* e do sufixo *-alhar*, ambos portugueses, ao radical do substantivo *vaca*, palavra também portuguesa de origem latina (*vacca, ae*). O segundo, de acordo com o mesmo dicionário, tem origem grega, mas foi incorporado ao léxico da língua portuguesa via latim (*parēdros* ou *parēdros,i*) no início do século XVIII.

Já como exemplo de neologismo advindo de outro Estado que, após generalizar-se, foi incorporado ao léxico carioca, cita-se o termo *urucubaca*. Este, segundo o *Houais* (on-line), teria possivelmente se formado, no século XIX, por hipértese dos fonemas consonantais da terceira e da quarta sílaba de *\*urubucaca*, palavra derivada do substantivo *urubu*, que é de origem tupi.

Assim, um olhar atento aos exemplos elencados para ilustrar o que se formula como elementos estaduais e próprios nos possibilita observar que: 1. os elementos tomados como próprios do chamado linguajar carioca que se estenderam para outros subfalares do falar brasileiro são elementos da língua portuguesa oriundos do latim ou, indiretamente, do grego; e 2. que o elemento posto como oriundo de outro estado filia-se a uma língua indígena. Note-se ainda que, contemporaneamente, os três itens mobilizados como exemplos são considerados como pertencentes ao léxico da língua portuguesa, comparecendo, como apontado, no *Grande Dicionário Houais*.

Desse modo, o apagamento dessa historicidade pode ser tomado como uma forma de deslocamento dos lugares de memória a partir dos quais a língua do Brasil e os seus falantes são significados. No primeiro caso, tem-se uma ruptura com Portugal por meio do silenciamento da relação com a língua portuguesa e do alçamento do linguajar carioca

ao lugar de origem. No segundo caso, por sua vez, põe-se em silêncio a relação com as línguas indígenas alçando outros Estados brasileiros ao lugar de origem e inscrevendo as línguas e os sujeitos indígenas, assim como os europeus, em um outro espaço-tempo que não o brasileiro.

Além disso, a organização sintática do período “*O vocabulário carioca, ao lado dos elementos portugueses, tupis e africanos, comuns a todo o Brasil, contem elementos estaduais e elementos próprios*” diz-nos da divisão estabelecida entre elementos portugueses, indígenas e africanos e entre eles e aqueles que são colocados como estaduais e próprios. Notemos que “*ao lado dos elementos portugueses, tupis e africanos, comuns a todo o Brasil*” é formulado como um termo acessório encaixado entre o sujeito e o predicado de “*O vocabulário carioca contem elementos estaduais e elementos próprios*”. No termo acessório, há entre portugueses, tupis e africanos uma coordenação que, a princípio, poderia fazer supor igualdade, mas cuja ordem coloca em cena uma hierarquização. Sintoma disso é, por exemplo, o fato de, nesse capítulo, não termos encontrado exemplos que remetessem a línguas africanas ou que nos permitissem observar ressonâncias dessas línguas. A esses elementos, sobrepõem-se, contudo, os que são predicados como estaduais e próprios, isto é, aqueles que, do lugar de que fala o estudioso da linguagem, entende-se como a marca de distinção do nacional (o falar brasileiro) e que comparecem no lugar de termos integrantes da oração. Notemos ainda que mesmo os elementos ditos portugueses, tupis e africanos são concebidos em relação ao nacional, já que se diz serem “comuns a todo o Brasil”.

Por último, cabe salientar que os silenciamentos operados contribuem para a projeção de um imaginário de hierarquização também na dimensão nacional entre os subfalares (as partes) que constituem o falar brasileiro, no qual tem lugar de destaque o que se nomeia como linguajar carioca (dimensão regional) por ser ele tomado como o subfalar da “capital e mais importante cidade do Brasil, o Rio de Janeiro”. Ou seja, apesar de inicialmente se anunciar que se tomará como objeto a língua do povo tida como errada, o linguajar carioca, pelo menos no que respeita ao capítulo intitulado “Léxico”, é significado como cosmopolita e como o subfalar mais importante do falar brasileiro, um subfalar que tanto recebe “termos oriundos de outros estados” (*força centrípeta*) como também “espalha pelo país inteiro” os seus elementos próprios (*força centrífuga*), constituindo-se, por isso, como o pilar de sustentação da unidade imaginária da língua

nacional<sup>24</sup>. Com isso, no que respeita aos chamados empréstimos linguísticos ou neologismos, instaura-se ainda uma relação distinta daquela que vimos, com Guimarães (2007), a partir da análise das gramáticas de Said Ali, já que não estão mais em jogo nesse imaginário os movimentos de dentro para fora ou de fora para dentro da dimensão nacional, mas sim o movimento de dentro para dentro (do Rio de Janeiro para outros Estados e de outros Estados para o Rio de Janeiro).

Noutras palavras, o que a análise demonstrou é que dizer da dimensão regional (do linguajar carioca) é, em Nascentes, dizer da dimensão nacional (do falar brasileiro), isto é, dizer da sua parte posta como mais importante – porque transregional – é também dizer do todo. Assim, dado esse seu caráter transregional, o linguajar carioca parece funcionar não apenas como uma metonímia, mas como uma metáfora do falar brasileiro.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscamos, primeiramente, refletir sobre a historicidade do conceito de instrumentos linguísticos – um conceito que poderíamos caracterizar, nos termos de Stengers (1987)<sup>25</sup>, como nômade, tendo em vista o seu deslocamento da História das Ideias Linguísticas – tal como formulada e posta em circulação na França no final do século XX – para o da perspectiva materialista da Análise de Discurso – tal como desenvolvida no Brasil desde mais ou menos a mesma época. Em nosso percurso de leitura, como princípio metodológico, priorizamos discursividades fundadoras desses lugares teóricos em que tal conceito comparece. Assim, da HIL, foram recortados exemplares discursivos filiados ao nome de Aurox e, da AD-HIL, de Orlandi e Guimarães – todos publicados entre o início dos anos 1990 e 2000.

Nesse percurso, por questão de coerência epistemológica, filiamo-nos a estudos que tomam os instrumentos linguísticos discursivamente como formas materiais e buscamos depreender o que se diz teoricamente sobre a relação entre o nacional e o regional em tais instrumentos. Foi então que, deparando-nos com ausências nas textualidades filiadas ao nome de Aurox no tocante a essa relação, voltamos o nosso olhar para os trabalhos dos teóricos brasileiros. Nesses trabalhos, observamos que a

---

<sup>24</sup> Considerando que, nessa materialidade, não é qualquer linguajar ou subfalar que metaforiza o falar brasileiro, mas aquele que é significado como “cosmopolita”, julgamos importante em gestos futuros de análise refletir, na esteira de Rodriguez-Alcalá (2011), sobre a constituição desse instrumento linguístico, na relação com o espaço, enquanto uma tecnologia urbana.

<sup>25</sup> Em sua reflexão, a autora aborda os modos e efeitos da propagação de um conceito de um domínio científico a outro.

reflexão sobre as dimensões nacional e regional não só se fez presente de forma regular por meio da apreensão da ambivalência entre unidade e diversidade constitutiva do processo de gramatização brasileiro, como foi posta em relação com a “especificidade da nossa história de país de colonização” (ORLANDI, 2001, p. 7).

A partir disso, lançamo-nos à análise de instrumentos linguísticos que, filiados aos nomes de autor Said Ali e Antenor Nascentes e voltados para essas diferentes dimensões linguísticas, foram publicados no Brasil na segunda década do século XX. Com esse batimento entre teoria e análise, objetivamos, por um lado, apreender os modos de significação nessas materialidades das relações estabelecidas entre sujeitos e línguas no/do Brasil e o que se formula como nacional e regional; e, por outro, contribuir para as reflexões à luz do dispositivo teórico que habitamos (e que também nos habita) sobre a história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, notadamente no que respeita ao processo de instrumentação linguística.

A análise possibilitou compreender como, tanto nos dizeres de Said Ali quanto nos de Nascentes, faz-se significar o que Mariani definiu como colonização linguística, visto que, como demonstramos, neles é possível observar, predominantemente, a “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador entrelaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Assim é que, nas materialidades analisadas, apreendemos o comparecimento de sentidos que apontam para a unidade da língua do Brasil e também entre esta e a língua de Portugal, ainda que de modos distintos.

Em Said Ali, a língua da nação brasileira é uma: a língua portuguesa, a nossa língua. As línguas indígenas e africanas, quando comparecem, são significadas como da ordem de uma variação lexical. São advindas de tempo e espaço outros. São elementos estrangeiros (de fora) que apenas por empréstimo podem compor o nacional (o dentro). Nesse imaginário, sujeitos indígenas e africanos são postos como alteridades em relação ao sujeito universal nacional brasileiro.

Na obra de Nascentes, contudo, ao se tentar apreender a fluidez da língua brasileira, descrevendo-a, instrumentalizando-a, produz-se uma língua imaginária (trans)regional que por vezes é tomada como metáfora do falar (e não da língua) nacional, deslocando para o Brasil o lugar de referência a partir do qual língua e sujeitos são significados. Como efeito desse movimento de instrumentação de um subfalar, a ambivalência entre unidade e diversidade constitutiva da gramatização brasileira e do processo de constituição da língua nacional do Brasil faz, tal como pontuaram Orlandi

(2001; 2009) e Orlandi e Guimarães (2001), contraditoriamente, funcionar também o processo de descolonização linguística.

Ao mesmo tempo em que o dito *falar brasileiro* – e, por extensão, o que se formula como *linguajar carioca* – é colocado como uma versão alterada da *língua portuguesa*, atribuindo a essa língua um lugar de origem da língua do Brasil, no capítulo referente ao léxico os elementos dela provenientes são desse lugar destituídos. Essa destituição se dá a partir de dois deslocamentos concomitantes, a saber: 1. o dos elementos portugueses para um lugar secundário, ao lado de elementos indígenas e africanos; e 2. o do lugar de origem de itens lexicais para o território brasileiro. Assim, o Brasil (os seus diferentes espaços geográficos) passa a ser a referência da língua do Brasil (dos seus diferentes subfalares) e da sua unidade imaginária (sustentada, haja vista a relação entre o que se formula como forças centrífugas e centrípetas, pelo/no linguajar carioca), caracterizando, dessa maneira, o que, em referência ao espaço enunciativo nacional brasileiro, propomos chamar de movimento de dentro para dentro.

Cabe, então, perguntar: se em Nascentes há, assim como em Said Ali, um gesto de descrição/instrumentalização que tem como produto a fabricação de uma língua imaginária, por que então não se fala em uma *gramática do linguajar carioca* ou *do falar brasileiro*? Parece-nos que a resposta já havia sido de certa maneira apontada por Medeiros e Petri (2013, p. 47) ao afirmarem que instrumentos como esse “se relacionam com a gramática da língua, mas que fazem emergir, de fato, as diferenças”. Em *O linguajar carioca*, diz-se gramaticalmente sobre o *falar brasileiro*, sobre aquilo que o constitui como marca de distinção em relação à língua de Portugal. Diz-se das diferenças e não se diz das semelhanças, mas essas também significam no jogo incessante entre o mesmo e o outro. E significam porque sobre elas já diz a *Gramática da língua portuguesa* (domínio de saber) na *gramática* (forma material). Essa *Gramática das semelhanças* funciona, então, como um já sabido em relação ao qual se institui a alteridade possível, a diferença formulável em condições de produção específicas.

Como sabemos, o diferente é sempre diferente em relação a algo tomado como norma e por isso não marcado. Nesse caso, o que é posto como diferente tem como referência a língua do colonizador; é em relação a essa língua que o que se toma por diferente é marcado. Desse modo, não dizer *gramática do linguajar carioca* ou *do falar brasileiro* é também, a nosso ver, reiterar o imaginário de unidade linguística entre Brasil e Portugal, o que nos leva a questionar, com e a partir dos trabalhos de Orlandi (2001; 2009) e Orlandi e Guimarães (2001) aqui mobilizados, até que ponto o processo de



descolonização linguística, tal como empreendido no Brasil, pode se dar sem uma relação tensa, tão necessária quanto contraditória, com o de colonização. É o caso de seguir investigando.

## Referências

ALI, M. S. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**. 2ª edição melhorada e aumentada de Lexeologia do Portuguez Historico e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico. São Paulo - Cayeiras - Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1931 [1921-1927].

\_\_\_\_\_. **Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza**. 8ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1965 [192?].

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização** (1992). Trad. Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. **La raison, le langage e les normes**. Paris: PUF, 1998a.

\_\_\_\_\_. Língua e hiperlíngua. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 1. Campinas: Pontes/Projeto HIL, 1998b.

\_\_\_\_\_. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

\_\_\_\_\_. Os modos de historicização. In: **Todas as Letras**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2021 [2006].

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler** : le dictionnaire. Paris: Puf, 1997.

COSTA, T. de A. Para um arquivo do Arquivos de Saberes Linguísticos: notícias de um projeto em andamento. In: VENTURINI, M. C.; LACHOVSKI, M. (Orgs.). **Museus, memoriais e arquivos em (dis)curso: a língua na história**. Campinas: Pontes, 2023, p. 215-234.

\_\_\_\_\_. **Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas**. Campinas: Pontes, 2019a [2016].

\_\_\_\_\_. Alguns apontamentos para uma história da HIL na França e no Brasil. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p. 9–34, 2019b.

\_\_\_\_\_. Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (res)significação de uma obra. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61–109, 2021.

FERREIRA, A. C. F. Ler, (d)escrever e interpretar os artefatos. In: Dias, C. P. C.; Da Costa, G. C.; Barbai, M. A. (org.). **Artefatos de leitura**. Campinas: LABEURB, NUDECRI, Unicamp, 2020a, p. 83-102.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. São Paulo, SP: RG editores, 2010 [1981].

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Política de línguas na linguística brasileira: da abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E. **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes editores, 2007, p. 63-82.

**GRANDE Dicionário Houaiss on-line**. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#3](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#3). Acesso em: 28 jul. 2023.

HENRY, P. A História não Existe?. **Gestos de Leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 23-48.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. DOS; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (Orgs.) **Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas, Editora RG, 2011.

MARIANI, B. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca**. 2. ed. RJ: Org. Simões, 1953 [1922].

NUNES, J. H. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: SCHERER, A.; PETRI, V. (Orgs.) **Língua, Sujeito e História**. v. 18. n.37. Santa Maria, UFSM: Programa de Pós-graduação em Letras, jul./dez. 2008.

ORLANDI, E. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.) **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5a. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009b [1983].

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (org). **História das Idéias Lingüísticas: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.  
ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Produção de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (org). **História das Idéias Lingüísticas: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI E.P.; DE SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

PAYER, M. O. **Memória da língua, imigração e nacionalidade**. SP: Ed. Escuta, 2006.  
PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PFEIFFER, C. Discursos sobre a língua escolarizada, leituras possíveis. In: FLORES, G. et al. (orgs.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015.

PFEIFFER, C. R. C.; COSTA, T. de A. da .; MEDEIROS, V. G. de. Notas sobre o “Vocabulário Orthographico da Língua Portuguesa, precedido das regras concernentes ás principaes dificuldades orthographicas da nossa língua”, de Said Ali. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 297-333, 2022.

PETRI, V. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Língua e instrumentos linguísticos**, Campinas: RG Editora, n. 29, p. 23-37, jan./jun. 2012.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulo e Glossários Brasileiros. **Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM**, Santa Maria, n. 46, p. 43-66, 2013.

STENGERS, I. La propagation des concepts. In: STENGERS, I. (Org.). **D'une science à l'autre: des concepts nomades**. Paris : Éditions du Seuil, 1987.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. (2008). Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 37 (3), p. 89-119.